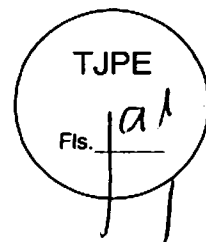




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6704-03.2008.8.17.0001 (293196-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: MULTI MARCAS MODA E TENDÊNCIA LTDA.

EMBARGADA: JÚPITER PARTICIPAÇÕES S/A

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA DAS OMISSÕES SUSCITADAS. MERA REDISCUSSÃO. DESNECESSIDADE DOS ACLARATÓRIOS. MATÉRIA ANALISADA. EMBARGOS REJEITADOS.

- Não estando o julgador obrigado a manifestar-se sobre todos os pontos e alegações invocados pelos contendores, desde que os fundamentos utilizados para decidir o litígio sejam suficientes para consolidação do convencimento, nega-se provimento aos Embargos quando o acórdão examinou a matéria controvertida;

- Não configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 535, pois os argumentos esposados pelo Embargante são mera tentativa de repisar aspectos já analisados, impõe-se a rejeição dos Embargos Declaratórios.

A C Ó R D ã O

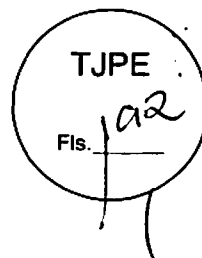
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima nominadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **REJEITAR O RECURSO**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes - Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6704-03.2008.8.17.0001 (293196-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
EMBARGANTE: MULTI MARCAS MODA E TENDÊNCIA LTDA.
EMBARGADA: JÚPITER PARTICIPAÇÕES S/A

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra acórdão que, à unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de ilegitimidade passiva e impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, negou provimento à Apelação (fls. 172).

Esclareço que aquele recurso foi interposto contra sentença (fls. 59) que julgou procedentes os pedidos formulados em Ação Reivindicatória de Posse manejada pela ora Embargada, "para o fim de ordenar a imediata restituição a JÚPITER PARTICIPAÇÕES S/A, já qualificada, da posse plena e exclusiva do imóvel descrito na certidão de fls. 10/1".

O Juiz de piso condenou a Embargante, ainda, a pagar indenização por danos materiais na ordem de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais contados a partir da citação, corrigidos pela tabela ENCOGE e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, além das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor global da condenação.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

A Câmara manteve o entendimento da sentença, afastando a alegação de que a Embargante não exerce posse sobre o imóvel, não conhecendo, por outro lado, da arguição de vício na escritura pública e do pedido de indenização pelo fundo de comércio por somente haverem sido formulados no apelo, constituindo inovação recursal.

Em seu arrazoadado (fls. 183/184v), a Embargante "se *insurge contra o r. acórdão, visto que, diferentemente da interpretação dada no acórdão, tanto o vício na escritura pública como à indenização pelo fundo de comércio, são sim matéria de ordem pública, podendo ser conhecidas em qualquer instância, não sendo inovação processual*".

Sendo assim, requer seja suprida a contrariedade apontada, atribuindo efeitos infringentes aos Embargos, pugnando, sucessivamente, pelo prequestionamento do art. 52, §3º, da Lei 8.245/91; art. 1.247, *caput*, do Código Civil e art. 267, VI, do CPC.

É o relatório, no essencial.

Dispensado de inclusão em pauta, nos termos do art. 85, "d", do Regimento Interno do TJPE.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 193
1

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO 6704-03.2008.8.17.0001 (293196-4)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTE: MULTI MARCAS MODA E TENDÊNCIA LTDA.

EMBARGADA: JÚPITER PARTICIPAÇÕES S/A

V O T O

Não obstante plenamente admissível o empréstimo de efeito infringente ou modificativo aos Embargos de Declaração, como pretende a Embargante, para tanto se exige a existência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada.

Além desta consideração, ressalto que a falta de menção explícita aos artigos 52, §3º, da Lei 8.245/91; 1.247, caput, do Código Civil e 267, VI, do CPC não macula o acórdão, mesmo porque o julgador não está obrigado a manifestar-se sobre todos os pontos e alegações invocados pelos contendores, desde que os fundamentos utilizados para decidir o litígio sejam suficientes para consolidação do convencimento.

O aresto rechaçou a tese de ilegitimidade passiva da Embargante por supostamente não estar ocupando o imóvel reivindicado, pois além da citação ter sido recebida no endereço sem qualquer ressalva (fls. 20), consta da procuração o endereço Rua Martins Júnior, 38, Boa Vista, Recife-PE, o mesmo objeto da demanda (fls. 67).

CSM

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Rejeitada, ainda, a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, pois a ação reivindicatória constitui o meio *adequado e necessário* à satisfação da pretensão deduzida na inicial, a saber, a obtenção da posse do imóvel de sua propriedade. Além disso, a tutela requerida mostra-se *útil* à interessada, tendo o condão de lhe garantir a posse da coisa, com os benefícios daí decorrentes.

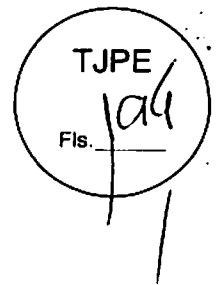
Quanto ao mérito em si, a Câmara observou que a Ação Reivindicatória pressupõe a demonstração, por aquele que é *proprietário*, mas *não possuidor*, (i) do domínio do imóvel objeto do pedido; e (ii) da posse injusta exercida pelo réu, esta configurada pela ausência de título idôneo a justificar a ocupação.

Restou comprovado o domínio do imóvel pela ora Embargada através da Certidão de Registro de Imóveis do 2º Ofício Imobiliário da Capital (fls. 10/11).

A Embargante, por seu turno, se limitou a afirmar em sua contestação que não exerce posse sobre o imóvel. Contudo, tal alegação foi desconstituída pelas provas anexadas aos autos, tais como a nota fiscal emitida em 12/02/2008, o recebimento da citação no endereço indicado sem qualquer ressalva, e, por fim, constar da procuração outorgada pela própria Recorrente à sua causídica o endereço do imóvel em litígio (fls. 67).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Tal aspecto foi considerado, inclusive, para o fim de condenar a Embargante em litigância de má-fé por tentar deliberadamente alterar a verdade dos fatos ao negar o exercício da posse sobre o bem.

D'outra banda, as alegações de vício na escritura pública e indenização por fundo de comércio não poderiam ser conhecidos no 2º Grau, pois deixaram de ser formulados no momento processual oportuno, ocorrendo preclusão consumativa por não serem tratadas como matérias de ordem pública.

Como se sabe, a arguição de tema inédito em apelação é vedada pelo Diploma Processual Civil (art. 517¹), bem como pela jurisprudência do STJ (AgRg no Ag 1379397/PE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, DJe 07/12/2011).

Sendo assim, considerando não haver contradição no julgado haja vista a clareza do entendimento exposto, aliado ao fato do presente recurso ser mera tentativa de revisitar matéria já decidida, **REJEITO OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

¹ Art. 517. As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.